

# O Exercício profissional do Serviço Social no capitalismo contemporâneo: desafios e possibilidades para a efetivação do Projeto Ético-Político

Josy Ramos de Oliveira Amador<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo busca analisar o exercício profissional do Serviço Social inserido na dinâmica contraditória do cenário contemporâneo, identificando os principais limites e desafios para efetivação dos direitos sociais dos usuários, bem como a luta pela efetivação do projeto ético-político do Serviço Social. Para fazermos uma crítica teórica do momento presente com o objetivo de esclarecer tendências e identificar, na realidade, limites e possibilidades faz-se necessário captar o movimento do real, na sua historicidade, pois é no real que as tendências, limites e possibilidades vão estar sinalizados. Assim, o presente artigo objetiva uma análise acerca da profissão inserida na sociedade capitalista atual, identificando os principais desafios para efetivação, nos espaços do cotidiano, dos princípios e diretrizes do projeto profissional.

## Palavras-chave

Exercício profissional; Capitalismo contemporâneo; Projeto Ético-Político.

**The professional exercise of the Social Work in the capitalism contemporary: challenges and possibilities for effectuation of the Project Ethical-Politian**

## Abstract

The present article searches to analyze the professional exercise of the inserted Social Service in the contradictory dynamics of the scene contemporary, being identified the main limits and challenges for effectuation of the social rights of the users, as well as the fight for the effectuation of the project ethical-politian of the Social Work. To make a critical theoretician of the present

moment with the objective to clarify trends and to identify, in the reality, limits and possibilities one becomes necessary to catch the movement of the real, in its historicity, therefore it is in the real that the trends, limits and possibilities go to be signaled. Thus, the present objective article an analysis concerning the inserted profession in the current capitalist society, identifying the main challenges for effectuation, in the spaces of the daily one, of the principles and lines of direction of the professional project.

### **Keywords**

Professional exercise; Capitalism contemporary; Project Ethical-Politician.

### **As transformações no cenário contemporâneo: algumas questões para análise da sociedade capitalista**

Para um melhor entendimento acerca dos desafios postos à profissão de Serviço Social na atualidade, bem como as novas exigências e competências postas aos Assistentes Sociais no cotidiano de trabalho profissional, faz-se necessário melhor analisarmos (ainda que de forma breve) a dinâmica capitalista atual e as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas no país, objetivando uma melhor compreensão crítica dos fundamentos sócio-históricos da profissão na sociedade capitalista burguesa.

Os espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os Assistentes Sociais estão inseridos na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação em um cenário de crise mundial. Yamamoto (2009) ao analisar o cenário contemporâneo de crise mundial, nos afirma que as medidas de superação da crise sustentam-se no aprofundamento da exploração e expropriação dos produtores diretos, com a ampliação da extração do trabalho excedente, incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos da maioria da população.

Em tempos neoliberais como o que vivemos atualmente, há a reafirmação do mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, o que além de impulsionar a competição e o individualismo, desarticula as formas de luta e negociação coletiva dos trabalhadores. Há ainda, uma intensa privatização e mercantilização da satisfação das necessidades sociais favorecendo a produção e a circulação das mercadorias-capitalistas e sua realização.

As transformações operadas nos países capitalistas dos últimos trinta anos, oriundas da crise mundial estrutural do capital, produzem alterações no mundo do trabalho, as quais se traduzem nas particularidades históricas da profissão de Serviço Social, redimensionando as políticas sociais como espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais. Tais espaços decorrem das complexas relações entre Estado e sociedade civil, derivando um novo padrão de enfrentamento da Questão Social, caracterizado por políticas pontuais e paliativas de combate à pobreza, com o crescimento do terceiro setor e do voluntariado.

Ao analisar a transformação político-econômica do capitalismo, ocorrida no século XX, Harvey (2009) afirma que o modelo de acumulação flexível é marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo; apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação tecnológica e organizacional do trabalho.

Para Harvey (2009) o modelo de acumulação flexível implica níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, retrocesso do poder sindical, bem como o aumento da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes de trabalho mais flexíveis. Há ainda a redução significativa do trabalho regular, com as devidas garantias trabalhistas, em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Desse modo, a acumulação flexível vem impulsionando uma significativa reestruturação, como dito anteriormente, no gerenciamento da produção e nas relações de trabalho. As mudanças no mundo do trabalho têm se fundamentado, sobretudo, no modelo japonês (toyotismo), o qual objetiva o aumento dos superlucros com menores custos.

Vemos que o cenário contemporâneo, fortemente marcado pelo ideário neoliberal, tem sido marcado pelo exaurimento do projeto societário contrário ao sistema capitalista de produção, enfatizando, ao contrário novas formas de sociabilidade e tendências de interpretar o capitalismo como o último e único modo de vida em sociedade. Neste cenário, cresce exponencialmente o desemprego estrutural que alimenta a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com fortes rebatimentos na organização dos trabalhadores assalariados.

Iamamoto (2008), ao analisar o capitalismo contemporâneo, bem como as características assumidas por este no cenário atual, nos mostra que o caráter alienado

da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capital dinheiro aparece numa relação consigo próprio, ou seja, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, encobrindo o seu caráter antagônico frente ao trabalho. Pois como afirma a referida autora:

A reificação do capital – sua manifestação como sujeito não humano, coisificado na forma dinheiro, em que aparece numa relação consigo próprio, como motor de seu autocrescimento – ofusca os processos sociais reais mediadores de sua própria produção. Torna opaca sua natureza, tributária da coerção econômica ao trabalho excedente (2008, p. 20).

O pensamento acima nos remete a compreensão de que na atual sociedade burguesa, o capital mostra sua face mais perversa ao encobrir a relação social que perpassa o sistema capitalista de produção e reprodução social, ocultando a contraditoriedade presente entre as classes sociais na sociedade burguesa.

O processo de financeirização em curso atualmente, indica um novo modo de estruturação da economia mundial, a qual encontra-se apoiada nos grupos industriais transnacionais, associados às instituições financeiras tais como: bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, etc. que passam a comandar o processo de acumulação de capital. Assim, o capital que rende juros, aparece como se tivesse o poder de gerar, por si só, mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados no processo de produção.

Um outro fator importante refere-se ao fato de que o capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa, enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofundando as desigualdades de toda a natureza, tornando invisíveis as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Tal fato também conduz à banalização do humano, resultante de sua indiferença frente à esfera das necessidades da grande maioria da população e dos seus direitos.

A mundialização financeira vem impulsionando a generalização das relações mercantis, as mais distantes esferas e dimensões da vida social, afetando diretamente a divisão do trabalho na sociedade capitalista, bem como as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Assim, o resultado

desse cenário tem sido uma flagrante regressão dos direitos sociais e das políticas públicas correspondentes, atingindo as condições e relações sociais que orientam a realização do trabalho dos Assistentes Sociais.

Uma importante contribuição sobre a nova dinâmica societária e a reestruturação do capital, nos é dada por Mota (2000) ao analisar a reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho na atualidade. Segundo a autora, a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde podemos incluir o trabalho profissional dos Assistentes Sociais.

Vemos, portanto, que o reordenamento da dinâmica capitalista atual expressa as estratégias utilizadas pelo capital na direção do enfrentamento da crise<sup>2</sup>, através da reorganização do processo de produção das mercadorias e aumento dos lucros. Trata-se de uma reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social. Assim, podemos depreender que o processo de reestruturação produtiva faz parte da necessidade de resposta do capital às suas crises, reconstruindo permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá sustentação.

Para Mota (2000) as mudanças ocorridas em prol da flexibilização nos processos e nas condições de trabalho, surgem como uma alternativa ao modelo fordista, alterando substantivamente o mundo do trabalho com aumento do desemprego estrutural, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho. Tais mudanças determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, determinando a construção de uma nova cultura do trabalho, bem como uma nova racionalidade política e ética compatível com o projeto do capital.

Ao mencionar os impactos negativos da reestruturação produtiva no Brasil, Mota nos afirma que:

(...) a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc. (2000, p. 35).

Devemos mencionar que a reestruturação produtiva é expressão de um movimento internacional, que é marcado pela globalização e pelo pensamento neoliberal. Porém, consolidou-se no Brasil como uma cultura moderna, tendo como pontos principais a competência e a eficiência do setor privado, a des-responsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, destruindo gradativamente as conquistas históricas das classes trabalhadoras.

As transformações operadas no âmbito da produção capitalista, desde os finais dos anos 1970, trouxeram mudanças significativas nas condições de trabalho da população em todo mundo. Nesse cenário, devemos mencionar que uma das maiores perdas, segundo Mota (2000) foi para os trabalhadores, comprometendo o seu potencial político-organizativo e fragmentando o mundo do trabalho.

Ao analisar o novo desenho multifacetado do mundo do trabalho na atualidade, Antunes (2002) afirma que, nos dias atuais, o trabalhador é instigado a se auto-controlar, auto-recriminar e até mesmo se auto-punir quando a produção não atinge a meta desejada, ou ainda quando não atinge a “qualidade total”. Dentro desse ideário as resistências, as rebeldias e as recusas são inaceitáveis, sendo consideradas atitudes anti-sociais, contrárias ao “bom desempenho da empresa”.

Assim, no âmbito das mudanças ocorridas no padrão de acumulação capitalista, vemos que recai sobre os trabalhadores o ônus de todo esse processo com a crescente exclusão do mundo do trabalho, especificamente dos postos de trabalho formal com a garantia de direitos.

Porém, devemos ressaltar que ao analisarmos os desafios colocados para os trabalhadores em tempos neoliberais, veremos que apenas a organização política e a construção de alianças sociais sólidas com vistas a um projeto de resistência ao capitalismo contemporâneo serão capazes de contê-lo. A defesa pela garantia dos direitos conquistados historicamente, bem como ampliação e consolidação da cidadania e da democracia, serão desafios árduos que os trabalhadores terão de enfrentar na luta cotidiana contra o capital.

### **O Serviço Social e o Projeto Ético-Político: reflexões sobre o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais.**

Como vimos anteriormente, nas análises sobre o cenário contemporâneo, é na tensão entre a produção da desigualdade que os Assistentes Sociais trabalham. Situados nesse terreno perpassado por interesses sociais distintos, dos quais não é possível fugir, uma vez que são eles que tecem a vida em sociedade

e embasam a profissão, os profissionais vivenciam, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, inúmeros desafios para a efetivação/consolidação dos direitos sociais da população usuária.

O aumento do desemprego, do subemprego, da precarização do trabalho, as novas formas de contratação – por tempo determinado, por projeto, por hora, por tempo parcial, e outras – interferem na qualidade das demandas de segmentos da classe dominante, dos usuários, das instituições, da profissão – que por meio de muitas mediações chegam ao profissional de Serviço Social exigindo novas competências e qualidade na intervenção profissional (GUERRA, 2007).

Bem sabemos que há, nas atividades profissionais, demandas fundamentais relacionadas às necessidades sociais dos sujeitos, que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na ótica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários que recebem os serviços profissionais.

Porém, ainda que os Assistentes Sociais disponham dessa relativa autonomia<sup>3</sup> na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que interferem no exercício profissional e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional do Serviço Social em espaços sócio-ocupacionais específicos.

Os profissionais de Serviço Social são chamados a acompanhar as novas exigências de qualificação para uma inserção qualificada nos espaços ocupacionais, tais como: o domínio de conhecimento para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, bem como recursos disponíveis para projetar ações; domínio do processo de planejamento; competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; capacidade de negociação; assessoria e consultoria em determinadas áreas de trabalho; pesquisas, entre outras funções.

Para Yamamoto (2009) orientar o trabalho profissional nesta direção, requer um perfil de profissional crítico, propositivo, capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Há ainda a exigência com o compromisso ético-político, bem como com a teoria social crítica na sua lógica de explicação da vida social.

A realidade brasileira demanda profissional comprometido em reforçar a vinculação existente entre ética, política, vida social e vida profissional, pois é uma realidade complexa e bastante contraditória que exige um posicionamento ético de

todos os cidadãos. Sendo assim, podemos dizer que o Código de Ética torna-se um instrumento fundamental no estabelecimento de normas que procuram garantir um suporte ao exercício profissional.

Quando analisamos o projeto ético-político do Serviço Social, devemos ter claro que este vem sendo construído pela categoria desde as décadas de 1970 e 1980, comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. Segundo Netto (2000), esse período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, assinalado principalmente pela recusa e crítica ao conservadorismo profissional. Assim, será neste processo de recusa e crítica que estão as raízes do projeto profissional.

O processo de consolidação do projeto profissional pode ser circunscrito à década de 1990, explicitando a maturidade profissional do Serviço Social através de um escopo significativo de centros de formação (em especial a pós-graduação) que ampliou a produção de conhecimentos no Serviço Social. Nesta época, também se atesta a maturidade político-organizativa da categoria, através de suas entidades e seus fóruns deliberativos.

Devemos ressaltar que o projeto ético-político do Serviço Social é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – esta concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Desse modo o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, como pode ser observado nos princípios do código de ética profissional de 1993.

Uma importante contribuição sobre o projeto profissional nos é dada por Braz (2006), quando afirma que os profissionais individualmente podem operar o projeto ético-político através de várias modalidades interventivas da profissão, isto é, o projeto pode ser concretizado nas ações cotidianas dos assistentes sociais. No entanto, existem alguns elementos que sistematizam as variadas ações profissionais, aparentemente isoladas, emprestando materialidade ao projeto profissional, tais como:

- Dimensão da produção de conhecimentos no Serviço Social
- Dimensão político-organizativa da categoria
- Dimensão jurídico-política da profissão



Segundo Braz (2006) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social refere-se, sobretudo, à sistematização das práticas profissionais, nas quais se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional. Essa dimensão investigativa do Serviço Social tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Assim, não cabem no Projeto Ético-Político posturas conservadoras embasadas em pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.

Na dimensão político-organizativa do Serviço Social, temos tanto os fóruns de deliberação, quanto as entidades representativas da profissão. O conjunto CFESS/ CRESS, a ABEPSS e as associações político-profissionais comprometidas com os princípios e diretrizes do projeto profissional, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAS e Das e ENESSO, também fazem parte dessa dimensão política. Vemos, portanto, que o projeto ético-político pressupõe um espaço democrático aberto em construção e em permanente tensão e conflito.

Temos, na dimensão jurídico-política da profissão, um aparato que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos consagrados na profissão. Nesta dimensão há duas esferas diferenciadas, porém articuladas entre si. São elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional e um aparato jurídico-político de caráter abrangente. No primeiro, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria dos assistentes sociais, como: Código de Ética profissional, Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93) e as novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social da ABEPSS.

No segundo, temos um conjunto de leis advindas da Constituição Federal de 1988 que, mesmo não sendo exclusivo da categoria, foi fruto de intensas lutas que envolveram os profissionais de Serviço Social, fazendo parte do cotidiano profissional de tal forma que funciona como instrumento viabilizador de direitos através de políticas sociais que executamos ou planejamos no cotidiano das ações profissionais.

Devemos ressaltar que essas dimensões fornecem materialidade ao projeto ético-político profissional, o qual deve ser compreendido como uma construção coletiva que como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que são objetos permanentes de reflexão, por serem participantes do movimento vivo e contraditório das classes em sociedade.

Os profissionais de Serviço Social lidam, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. Os Assistentes Sociais são desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem a dimen-

sões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública.

Dessa forma, a luta pela concretização do projeto profissional, nos espaços do cotidiano, é um desafio que se coloca hoje ao Assistente Social, pois exige uma análise crítica e rigorosa da realidade na qual se insere, bem como captar o que está por detrás das demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social.

Para Vasconcelos (2002):

A questão decisiva que se coloca para os assistentes sociais, diante da complexidade da realidade, é conhecer sob quais condições o Serviço Social tem possibilidade de contribuir na construção de formas de acesso aos recursos e informações sociais e culturais tendo em vista uma nova forma de produção e reprodução social. Para que isso se torne possível, os assistentes sociais terão de avançar para além das medidas paliativas e/ou imediatas, destinadas somente a “quebrar galho”, fazer remendos, solucionar momentaneamente o que não tem solução: a “questão social”, produto da economia capitalista (p. 518).

Assim, cabe mencionar que os Assistentes Sociais são desafiados a tornar este projeto como um guia efetivo para a condução das ações profissionais. Para tanto, se faz necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do exercício profissional cotidiano.

Uma importante contribuição nos é dada por Guerra (2000) ao analisar a dimensão técnico-operativa do exercício profissional. Segundo ela, as demandas com as quais trabalham os Assistentes Sociais são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, sociais e ideológicas) que exigem mais do que ações imediatas, instrumentais e manipulatórias. Elas exigem intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos); exigindo ainda ações que estejam conectadas ao projeto profissional do Serviço Social que tem princípios éticos de cunho coletivo.

Diante do exposto acima, podemos depreender que é necessário aos Assistentes Sociais a busca pelo desvendamento da realidade nas situações singulares do cotidiano que se apresentam no exercício profissional. É necessário demonstrar nas situações com que nos defrontamos diariamente na profissão, a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social; seu potencial renovador na afirmação dos direitos sociais dos usuários.

Contudo, gostaríamos de ressaltar que mesmo diante de um quadro societário adverso e contraditório, que influencia diretamente os espaços sócio-ocupacionais onde atuam os Assistentes Sociais, acreditamos que é de fundamental importância aos profissionais impulsionarem pesquisas e projetos que favoreçam um melhor conhecimento do modo de vida e de trabalho dos segmentos populacionais atendidos pelo Serviço Social, buscando avançar cada vez mais na busca pela qualificação do trabalho profissional.

## Referências

ANTUNES, R. *O desenho multifacetado do trabalho hoje sua nova morfologia*. In: Serviço Social e Sociedade n° 69, ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAZ, M. *Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social*. Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS 7ª região – RJ, 2006.

CFESS. *Código de ética profissional do Assistente Social*. Brasília, CFESS, 1993.

\_\_\_\_\_. *Lei 8.662/1993*, que regulamenta a profissão de Serviço Social. Brasília, CFESS, 1993.

GUERRA, Y. *O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional*. Serviço Social e Sociedade n° 91. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *As racionalidades do capitalismo e o Serviço Social*. In: 100 anos de Serviço Social. Coimbra: Quarteto, 2001.

\_\_\_\_\_. *Instrumentalidade do Serviço Social*. In: Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 4: *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília: CFESS-ABEPSS-CEAD, 2000.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna..* São Paulo Loyola, 2009 (18ª Ed).

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001 (4ª ed.).

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social*. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. In: *Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001 (4ª ed.).

MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. *A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. In: Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2000.

VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

## Notas

- 1 Mestre em Serviço Social pela UERJ. Assistente Social da prefeitura municipal de Armação dos Búzios/RJ. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida (UVA) campus Cabo Frio/RJ.
- 2 Para um melhor esclarecimento sobre a conjuntura de crise vivida pelo capitalismo nas últimas décadas do século XX, ver: MOTA, (1995).
- 3 Para maiores esclarecimentos sobre o tema da autonomia relativa do profissional de Serviço Social, ver IAMAMOTO. M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 2001.

Submetido em janeiro de 2011, aceito em maio de 2011.